

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.440.572 - SP (2019/0024554-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311
SOLANO DE CAMARGO E OUTRO(S) - SP149754
FABIO SANTOS PEDROSO - SP295660
AGRAVADO : JOSE JORGE NAMURA
AGRAVADO : ZITA MARIA LEME BRITTO
ADVOGADO : LUCAS BRITTO MEJIAS E OUTRO(S) - SP301549

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **TAM LINHAS AÉREAS S/A**, em face de decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 195, e-STJ):

RESPONSABILIDADE CIVIL Danos morais Transporte aéreo Contratação de assentos especiais que não estavam disponíveis - "Overbooking" e expulsão dos passageiros - Total descaso da companhia aérea - Indenização fixada no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) que deve ser mantida Recurso improvido.

RESPONSABILIDADE CIVIL Danos materiais Transporte aéreo "Overbooking" Diferença de preço da passagem de companhia que possibilitou aos autores o embarque no dia seguinte, além de despesas efetuadas com hotel, demonstradas nos autos Recurso improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 457-460, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 228-247, e-STJ), a insurgente apontou, além de divergência jurisprudencial, violação aos artigos 492 do CPC/15 e 19, 20, 22-1 e 29, da Convenção de Montreal. Sustentou, em síntese: **a)** a ocorrência de julgamento *ultra petita*; **b)** a aplicação, ao caso, da Convenção de Varsóvia; **c)** a necessidade de observância dos limites indenizatórios previstos na Convenção de Montreal; **d)** disparidade do valor arbitrado a título de danos morais, com caráter punitivo.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 473-474, e-STJ), dando ensejo na interposição do presente agravo (fls. 495-510, e-STJ), no qual a agravante pretende a reforma da decisão impugnada.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, no que toca à tese de julgamento *ultra petita* e violação ao art. 492 do CPC/15, denota-se que a questão não foi objeto de análise pela Corte de origem e, também não poderia, pois se trata de indevida inovação recursal, por não ter sido devolvida à apreciação do Tribunal *a quo* em momento oportuno, no caso, por meio do

Superior Tribunal de Justiça

recurso de apelação (fls. 140-169, e-STJ). A questão não fora sequer alegada em sede de aclaratórios (fls. 448-454, e-STJ).

Não fosse isso, ainda, nas razões do especial, deixou a recorrente de apontar eventual violação do artigo 1.022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se a correta interpretação da legislação federal. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AMPUTAÇÃO DE MEMBRO INFERIOR. PENSIONAMENTO. SÚMULA 7/STJ. DANO ESTÉTICO E DANO MORAL. CUMULAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. [...] 3. **A ausência de prequestionamento das matérias referentes aos honorários advocatícios impede a apreciação da questão por esta Corte. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 646.804/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 03/09/2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 322 DO CC. NÃO PREQUESTIONAMENTO. VERBETE 282 DA SÚMULA DO STF. INSCRIÇÃO. REGULARIDADE. REVISÃO. INVIABILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA/STJ. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. LIVRE CONVENCIMENTO. NÃO PROVIMENTO. 1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando omissão alguma ou negativa de prestação jurisdicional. 2. A matéria prevista no art. 322 do CC não foi objeto de debate pela Corte de origem. **Ausente o necessário prequestionamento, incidente o óbice do enunciado 282 da Súmula do STF.** [...] 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 431.632/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2013, DJe 17/12/2013) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO INEXISTENTE. QUESTÕES NÃO SUSCITADAS NAS RAZÕES À APELAÇÃO. INOVAÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRECEDENTES. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Não subsiste a alegada ofensa do art. 535 do CPC porque o Tribunal de origem enfrentou todas as questões postas, não havendo, no acórdão recorrido, omissão, contradição ou obscuridade. Na espécie, os embargos de declaração foram utilizados na origem como pretensão tardia de provocar a discussão de matéria que nem sequer constou da apelação, caracterizando inovação recursal e ocorrência de

Superior Tribunal de Justiça

preclusão consumativa. 2. **Se a matéria posta a exame não foi objeto de debate pelo Tribunal de origem, ressepte-se o recurso especial, nesse particular, do indispensável prequestionamento. Aplicação à espécie da Súmula nº 211 do STJ.** [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 522.644/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 01/07/2015) [grifou-se]

Dessa forma, a referida tese nem poderia ser examinada pelo Tribunal *a quo*, pois configurou indevida inovação recursal a pretensão de sua análise, cuja matéria não fora devolvida em momento oportuno. Portanto, ausente o prequestionamento, sendo inafastável o teor das Súmulas 282/STF e 211/STJ, respectivamente: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada*" e "*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo*".

2. No que concerne ao pleito de aplicação da convenção de Varsóvia à hipótese *sub judice*, em razão do julgamento do RE 636.331 pelo STF e à limitação do valor da verba indenizatória prevista na Convenção de Montreal, denota-se que a Corte Estadual assim se pronunciou:

Insta salientar que o Plenário do E.STF decidiu, aos 25/05/2017, no julgamento conjunto do RE 636331 e do RE com Agravo (ARE) 766618 que, nos conflitos que envolvem extravio de bagagem e prazos prescricionais ligados à relação de consumo em transporte aéreo internacional de passageiros, têm prevalência sobre o Código de Defesa do Consumidor, as regras estabelecidas pelas convenções internacionais sobre a matéria, ratificadas pelo Brasil.

Contudo, **tal fato não se aplica ao caso dos autos que diz respeito à venda de assentos especiais que não estavam disponíveis no momento do embarque, além de "overbooking"**.

Ainda que assim não fosse, a indenização por danos materiais acertadamente fixada na r.sentença no valor de R\$ 4.066,27, não ultrapassa o limite máximo previsto na Convenção de Montreal, sucessora da Convenção de Varsóvia, que é de 4.150 DES. (fls. 196-197, e-STJ) [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador utilizou como razão de decidir pela inaplicabilidade da decisão do STF no RE 636331 ao caso dos autos, pois este "*diz respeito à venda de assentos especiais que não estavam disponíveis no momento do embarque, além de "overbooking"*", diferente do referido conflito julgado pelo STF, bem como porque a indenização por danos materiais não ultrapassa os limites máximos previstos nas convenções internacionais em voga (fl. 197, e-STJ), fundamentos estes não rebatidos pela recorrente nas razões do apelo extremo.

Deste modo, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado no ponto, impõe o desprovimento do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, *in verbis*: "*É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*". Precedentes:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA.

ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. LUCROS CESSANTES. FUNDAMENTO INATACADO. MORA DO COMPRADOR. SÚMULA 283 E 284 DO STF. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A subsistência de fundamento inatocado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". [...] 3. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 874.193/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, Dje 08/09/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 283 DO STF. [...] 5. A existência de fundamento inatocado no julgado, suficiente para manter a decisão, atrai o óbice contido na Súmula nº 283 do STJ, aplicável por analogia. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 719.286/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, Dje 21/06/2016)

Incide, no ponto, o teor da Súmula 283/STF.

3. Sustenta a recorrente, ainda, a existência de equívoco no julgador ao impor a obrigação de indenizar com função punitiva. Aduz que a *"condenação se mostra desproporcional ao caso em apreço, na medida em que, como dito, necessário sejam observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, porquanto neste momento evidencia-se o caráter punitivo de uma indenização que deveria estar revestida de natureza reparatória"* (fl. 242, e-STJ). Aponta dissídio jurisprudencial com relação ao valor da verba indenizatória.

No ponto, denota-se que a recorrente se limitou a alegar, de forma genérica, a necessidade de reforma do *decisum*, deixando de apontar o dispositivo que teria sido violado ou objeto de interpretação divergente. Ao contrário, a insurgente insiste no pleito de aplicação da Convenção de Montreal.

O recurso especial é um meio impugnativo processual de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera nos termos do que foi impugnado. A ausência de indicação expressa de dispositivo legal tido por vulnerado pelo acórdão recorrido não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida. Dessa forma, é de rigor a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*.

Ademais, nos termos do entendimento desta Corte, tanto os recursos interpostos pela alínea "a", quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional, exigem a indicação do dispositivo legal malferido ou ao qual foi atribuída interpretação divergente. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. [...] **DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF.** AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DISSÍDIO NÃO

Superior Tribunal de Justiça

CONFIGURADO. [...] 4. A ausência de indicação do dispositivo de lei que haja interpretação divergente, por outros tribunais, não autoriza o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal (Súmula 284 do STF). Necessário, ainda, o cotejo analítico com a demonstração de similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas confrontados. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1337221/ES, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 04/11/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.[...] **DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO A QUE O ACÓRDÃO TERIA DADO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF.** [...] 4. Inviável análise de recurso especial interposto pela alínea c do permissivo constitucional que não indica, com clareza e precisão, os dispositivos de lei federal em relação aos quais haveria dissídio jurisprudencial. Incidência da Súmula nº 284 do STF. Precedente. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 733.193/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA - CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. **AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA N. 284/STF.** REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. 1. No recurso interposto pela alínea "a" do inciso III do artigo 105 da CF/1988, é imprescindível a individualização do artigo de lei federal tido por violado, sem o que incide, por analogia, a Súmula n. 284/STF. 2. O conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, bem como a demonstração do dissídio mediante o cotejo analítico dos acórdãos recorrido e paradigmas (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC), ônus dos quais o recorrente não se desincumbiu. Desse modo, incide, de forma analógica, o enunciado n. 284 da Súmula do STF. [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1545012/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 14/10/2015) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. **FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA N. 284/STF.** [...] 3. Afastado o conhecimento do recurso pela alegada violação ao princípio do juiz natural. Primeiro porque a matéria é de cunho eminentemente constitucional (art. 5º, XXXVII e LIII da CF/88) tendo sido, inclusive, enfrentada pela Corte de Origem à luz de julgado do Supremo Tribunal Federal (hoje o tema já foi apreciado em repercussão geral pelo STF no RE n. 597.133/RS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 17.11.2010) e por segundo não há na petição de recurso especial qualquer indicação do dispositivo de lei federal que se entende violado

Superior Tribunal de Justiça

a respeito dessa tese. Incide a Súmula n. 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". [...] 5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1212372/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/07/2013) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, o óbice da Súmula 284/STF, aplicável por analogia, tanto para o recurso interposto pela alínea "a", quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

4. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

